



TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021-DIV

LICITAÇÃO DO TIPO MELHOR TÉCNICA E PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL PARA ATENDIMENTO JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ.

A Prefeitura Municipal de Itarema-Ceará, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, devidamente nomeada pela Portaria nº 011/2021 de 04 de Janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previstos, abrirá licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo “MELHOR TÉCNICA E PREÇO”, cujo regime de execução será Indireta, Empreitada por Preço Unitário, na forma do Art. 10, inciso II, alínea “b”, da Lei 8.666/93, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93, e suas alterações posteriores e Lei Complementar 123, 14.12.2006 e suas alterações posteriores.

O presente Edital poderá ser adquirido no Site: www.tce.ce.gov.br/licitações, conforme IN-04/2015 e na sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Nossa Senhora de Fátima, Nº 48, Centro, Itarema, Estado do Ceará, CEP. 62.590-000, no horário de 08h00min as 12h30min, Poderão ser obtidas informações, ainda, pelo telefone/E-Mail: (88) 3667-1133, Comissão Permanente de Licitação; licitação@itarema.ce.gov.br.

1.0 HORA, DATA E LOCAL:

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS serão recebidos em sessão pública marcada para:

HORA: às 09h00min

DO DIA: 04 de janeiro de 2022.

ENDEREÇO: Praça Nossa Senhora de Fátima, Nº 48, Centro, Itarema, Estado do Ceará, Cep. 62.590-000. Sala da Comissão Permanente de Licitação.

2.0-DO OBJETO

2.1- A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL PARA ATENDIMENTO JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ**, conforme discriminação no Anexo I, parte integrante desta Tomada de Preços.

2.2 - INTEGRAM ESTE EDITAL:

2.2.1 - ANEXO I – TERMO REFERENCIA E ESPECIFICAÇÕES





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



2.2.2 - ANEXO II – MINUTA DA PROPOSTA TÉCNICA

2.2.3 - ANEXO III – MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

2.2.4 – ANEXO IV– MINUTA CONTRATUAL

2.2.5 - ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

2.2.6 - ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

2.3 – Aceitabilidade dos preços: O valor máximo para execução do objeto é de **R\$ 769.733,18 (setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e dezoito centavos).**

2.4 – As despesas para execução do objeto desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

SECRETARIA	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	0101.04.122.0007.2.003.0000
Controladoria Geral do Município	0201.04.122.0007.2.010.0000
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	0301.04.122.0007.2.014.0000
Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Serviços Públicos	0401.15.122.0007.2.024.0000
Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente	0501.04.122.0007.2.031.0000
Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte, Juventude e Lazer	0601.13.122.0007.2.045.0000
Secretaria de Educação	0701.12.368.0007.2.064.0000
Secretaria de Saúde	0801.10.122.0007.2.086.0000
Secretaria de Proteção Social e Cidadania	0901.08.122.0007.2.113.0000
Fundo Municipal de Previdência Social	1001.09272.0003.2.155.0000
Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00.	

3-DAS RESTRICÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1- Das condições de participações.

3.1.1- Poderá participar do presente certame licitatório interessados, cuja finalidade social abranja o objeto desta licitação, devidamente **Cadastrados nesta Prefeitura Municipal** ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação e:

- a) que seja regularmente estabelecida no País;
- b) que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e em seus Anexos;

3.2- Restrições de participação.

É vedada a participação de interessados:

3.2.1. Que estejam reunidos em consorcio, coligação ou grupos de empresas, que tenham em comum com uma ou mais empresas participantes deste processo licitatório, um ou mais sócios quotistas ou membros de diretoria;





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



- 3.2.2. Que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- 3.2.3. Que estejam declarados inidôneos pela Administração Pública;
- 3.2.4. Estrangeiros que não funcionem no País;
- 3.2.5. Que estejam sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação, liquidação ou esteja suspensa de licitar;
- 3.2.6. Servidor (es) dos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo licitatório;
- 3.2.7. A participação na licitação implica automaticamente a aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e legislação aplicável.

04. DA HABILITAÇÃO

4.1. Para habilitarem-se nesta Licitação, as empresas deverão apresentar envelope fechado com o seguinte direcionamento:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA-CEARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 008/2021 - DIV
ENVELOPE "A" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

4.2. O envelope "A" deverá conter o Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido por esta Prefeitura Municipal e 01(uma) via, dos documentos a seguir relacionados:

4.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 4.2.1.1 – Cópia da Cédula de Identidade do representante da Proposta;
- 4.2.1.2- Para EMPRESA INDIVIDUAL: Registro Comercial;
- 4.2.1.3- Para SOCIEDADES COMERCIAIS: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e Aditivos em vigor, devidamente registrado;
- 4.2.1.4 - Para SOCIEDADES POR AÇÕES: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e Aditivos em vigor, devidamente registrado e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 4.2.1.5 - Para SOCIEDADES CIVIS: Inscrição ou ato constitutivo, comprovando a diretoria em exercício;
- 4.2.1.6 - Para EMPRESAS OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.2.2 - REGULARIDADE FISCAL

- 4.2.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica – CNPJ;
- 4.2.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



4.2.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

- a) a comprovação de regularidade com a Fazenda Federal será feita através da Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- b) a comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual será feita através da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, fornecida pela Secretaria da Fazenda;
- c) a comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal será feita através da Certidão Negativa de Tributos Municipais;

4.2.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), comprovada através do -Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.3 - REGULARIDADE TRABALHISTA

4.2.3.1- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhista, - CNDT.

4.2.3.2 - Declaração formal de que a LICITANTE não possui menores trabalhando conforme determina o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal. (DECRETO Nº 4.358, DE 05 DE SETEMBRO DE 2002). (Anexo V)

4.2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.2.4.1-Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a.) Entenda-se por “na forma da lei:

a.1) - quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado (No caso de sociedades por ações, o balanço patrimonial de sociedades anônimas deverá ser acompanhado da publicação em Diário Oficial e jornal de grande circulação e do registro da Junta Comercial art. 289, caput e parágrafo 5º da Lei Federal nº 6.404/76);

a.2) - quando outra forma societária, Quando outra forma societária, balanço acompanhado de **cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário** do qual foi extraído (artigo 5º, parágrafo 2º, do Decreto-lei Nº 486/69, autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio), juntamente com a **Certidão de Regularidade Profissional - CRP** do profissional responsável pelo trabalho técnico-contábil, nos termos da Resolução CFC 1.402/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, reservando-se à COMISSÃO o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado;

b) sociedade constituídas há menos de ano poderão participar do torneio apresentando o balanço de abertura (observada a alínea a), assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa;





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



c) Análise do Balanço através da apresentação dos índices econômicos financeiros que demonstrem a real situação financeira do licitante, através do cálculo dos seguintes índices contábeis: Liquidez Geral(LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), devendo apresentar resultados superiores a um (> 1), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.2.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, apresentar Balanço Simplificado de acordo com o disposto no art. 27 da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e [Resolução CFC 1.418/12](#).

4.2.4.2 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo setor competente da sede da pessoa jurídica.

4.2.4.3 - Garantia de Proposta, no valor de 1% (um por cento), do valor estimado descrito no item 2.3 do Edital, na forma estabelecida no art. 56, Parágrafo Primeiro, da Lei nº 8.666/93;

§1º. Para o licitante que optar pela caução em dinheiro, a comprovação será feita através de depósito na Conta da Prefeitura Municipal de Itarema, Banco do Brasil, Agência: 3881-4, Conta Corrente: 18.639-2, devendo o comprovante ser apresentado na documentação de habilitação. Para o licitante que optarem por depósito em dinheiro, a garantia será devolvida após a celebração do contrato entre a Prefeitura e a empresa vencedora. O depósito da caução efetuado com cheque, somente será considerado efetivamente, após a devida compensação do mesmo.

§2º. Os títulos da dívida pública fornecidos em garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

§3º. No caso de seguro garantia a mesma deverá vir acompanhada de cópia autenticada do registro da seguradora junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e da comprovação de poderes de responsabilidade pela emissão do documento.

§4º. A Fiança Bancária como garantia deverá vir acompanhada de cópia autenticada do registro da instituição financeira no Banco Central e comprovação de poderes do responsável pela emissão do documento.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



§5º. Não serão aceitos como garantia Títulos da Dívida Agrária, ou Títulos apresentados por qualquer processo de cópia.

§6º. A Garantia de Proposta poderá ser executada:

- caso o Licitante revogue sua proposta durante o período de sua validade;
- se o Concorrente vencedor, deixar de assinar o Contrato;

4.2.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2.5.1. - Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

4.2.5.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

I - A referida comprovação de aptidão será feita por Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoas jurídicas de direito público, que comprovem que o licitante esteja prestando ou tenha prestado serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

II – O referido atestado deverá comprovar a efetiva realização dos serviços propostos, tendo como parcelas de maior relevância:

- Elaboração de balancetes nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, válido a partir do exercício de 2015, segundo a Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014;
- Transmissão on-line (via rede mundial de computadores) das prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado ou dos Municípios, nos termos da norma vigente;
- Elaboração de balanço geral e transmissão on-line ao Tribunal de Contas respectivo;
- Assessoria e Consultoria na Elaboração de Projetos de Lei de Orçamento Público, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual de Investimento — PPA;
- Assessoria e Consultoria na elaboração dos relatórios fiscais de RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal).

4.2.5.3. CAPACITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

4.2.5.3.1. A licitante deverá apresentar declaração com indicação explícita da equipe técnica, pertencente ao seu quadro permanente, adequada e disponível para a realização do objeto da licitação, composta de no mínimo:

- Um Bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Contabilidade;
- Um Bacharel em Ciências Contábeis ou Técnico Contábil, devidamente registrado junto ao





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Conselho Regional de Contabilidade.

4.2.5.3.2. A Indicação dos profissionais sobreditos (sócios, associados, empregados ou prestadores de serviços), deverá ser feita por meio de declaração expressa de sua disponibilidade e compromisso em assumir os trabalhos caso a empresa venha a se tornar vencedora do certame, acompanhada da certidão de inscrição perante o Conselho Regional de Contabilidade — CRC, acompanhada do Certificado de Regularidade Profissional. O presente compromisso vinculará o profissional à execução dos serviços, que somente poderá ser substituído por outro de igual competência e legitimidade para atuar nos trabalhos junto à Prefeitura Municipal de Itarema/CE.

4.2.5.3.3. Indicação de pessoal disponível para o apoio à prestação dos serviços (estagiários, secretárias e auxiliares), mediante a apresentação de listagem específica, com nome e CPF, e declaração expressa de sua disponibilidade, assinada pelo representante legal.

4.3 - ORIENTAÇÕES SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO

4.3.1 - Caso a licitante seja microempresa, empresa de porte ou cooperativa, esta deverá apresentar declaração na forma do **Anexo – V** deste edital, assinado pelo titular ou representante legal da empresa, devidamente comprovado.

4.3.2 - Na forma do que dispõe o art.42 da Lei complementar nº 123 de 14/12/2006 e da Lei Federal Nº 11.488 de 15/06/2007, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista prevista no item **4.2.2 e 4.2.3** deste edital, das microempresas, empresas de pequeno porte, somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, entretanto a regularidade fiscal deverá ser apresentada mesmo que apresente alguma restrição;

4.3.3 - No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.3.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.3.5 - Serão inabilitadas as licitantes que não atenderem as exigências deste edital referentes a fase de habilitação, bem como apresentarem os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, serão inabilitadas de forma superveniente as ME, EPP ou cooperativas que apresentarem a regularidade da documentação de regularidade Fiscal no prazo definido no subitem **4.3.3**.

4.4 – Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, que ficarão retidos nos autos, ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas pela Comissão de Licitações no caso de documento emitido via internet.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



4.5. Os licitantes que apresentarem documento de habilitação em desacordo com as descrições anteriores serão eliminados da fase subsequente do processo licitatório.

05- DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 - Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem às condições previstas no item 4.0 deste Edital.

5.2 - A COMISSÃO poderá a seu exclusivo critério proclamar na mesma sessão o resultado da habilitação ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados.

5.3 - Proclamado o resultado da habilitação e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal a COMISSÃO procederá à abertura das propostas Técnicas das LICITANTES habilitadas.

06 - DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1- A proposta técnica deverá ser entregue a CPL assinada pelo representante legal e rubricada em todos os papéis componentes da mesma, em envelope fechado e lacrado, o qual conterá as seguintes indicações:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA-CE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N ° 008/2021 - DIV
ENVELOPE "B"- PROPOSTA TÉCNICA
PROPONENTE:

6.2 – As propostas Técnicas dos licitantes deverão ser apresentadas em 1 (uma) via, de acordo com o anexo II, do Edital, rubricadas em todas as folhas, carimbadas e assinadas na última folha pelo Titular ou pelo Representante Legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, especificando o objeto de forma clara e inequívoca, e ainda contendo:

6.2.1 - Relação da Equipe Técnica;

I. A relação da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços, deverá ser acompanhada de "Curriculum Vitae" de cada um dos Contadores ou Técnico Contábil com habilitação para atuar como Contador, comprovando individualmente experiência na área contábil objeto da proposta;

II. Poderão fazer parte de cada equipe técnica do licitante apenas contadores, técnicos contábeis, Administradores de Empresa e Advogados com experiência na área objeto da licitação.

III. A comprovação de experiência de cada profissional e do proponente será realizada mediante a apresentação de cópia dos contratos celebrados sobre esta matéria com entes públicos, ou de acordãos ou decisões que conste como escritório ou contabilista responsável o presente escritório ou integrante de sua equipe técnica.

IV. Declaração de cada profissional da equipe técnica, ratificada pela Licitante, de que integra na





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



qualidade de sócio ou contratado, os quadros da empresa, e de que se encontra disponível para a prestação de todos os serviços previstos no presente edital.

07. - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

7.1 As Propostas Técnicas das licitantes serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Projeto Básico, Edital e seus Anexos. Verificado o atendimento às referidas condições proceder-se-á a avaliação da Proposta Técnica, conforme critérios de julgamento constantes neste Projeto Básico, edital e seus anexos.

7.2. Os Licitantes deverão apresentar os documentos comprobatórios da qualidade da formação e da experiência da equipe, que serão classificadas conforme os critérios de julgamento definidos no subitem 4.3

7.3. Será atribuída pela comissão técnica a "Nota Técnica" (NT), conforme apresentado a seguir.

FATOR	CRITÉRIO	NOTA MÁXIMA
I	Tempo de experiência da Empresa Licitante ou Contador	100
II	Experiência profissional dos integrantes da equipe técnica na matéria objeto desta licitação, com CONTAS DE GESTÃO devidamente aprovadas por qualquer Tribunal de Contas de qualquer unidade da federação. Os balancetes e peças contábeis deverão, obrigatoriamente estar assinados por membro da equipe técnica ou pela empresa licitante. <u>Não sendo aceitos mais de um contrato para o mesmo para o mesmo órgão.</u>	200
III	Experiência profissional dos integrantes da equipe técnica na matéria objeto desta licitação, com CONTAS DE GOVERNO, com parecer prévio pela APROVAÇÃO DAS CONTAS por Tribunal de Contas de qualquer unidade da federação. Os balancetes e peças contábeis deverão, obrigatoriamente estar assinados por membro da equipe técnica ou pela empresa licitante. <u>Não sendo aceitos mais de um contrato para o mesmo para o mesmo órgão.</u>	400
IV	Comprovação da experiência profissional dos componentes da equipe técnica.	300
TOTAL NOTA MÁXIMA		1.000

I – Tempo de experiência da Empresa Licitante ou Contador

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTOS
Até 02 anos de inscrição no CRC	06
Acima de 02 anos e um dia até 05 anos de inscrição no CRC	08
Acima de 05 anos e um dia de inscrição no CRC	10

Máximo de pontos=10

Peso=10

Nota máxima=100

II - Experiência profissional dos integrantes da equipe técnica na matéria objeto desta licitação, com CONTAS DE GESTÃO devidamente aprovadas por qualquer Tribunal de Contas de





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



qualquer unidade da federação. Os balancetes e peças contábeis deverão, obrigatoriamente estar assinados por membro da equipe técnica ou pela empresa licitante. Não sendo aceitos mais de um contrato para o mesmo para o mesmo órgão.

EXPERIÊNCIA	PONTOS
De 1 Acórdão com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	2
De 2 a 4 Acórdãos com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	3
De 4 a 10 Acórdãos com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	5
De 10 a 15 Acórdãos com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	10
Acima de 15 Acórdãos com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	20

Máximo de pontos = 20

Peso = 10

Nota Máxima=200

III - Experiência profissional dos integrantes da equipe técnica na matéria objeto desta licitação, com CONTAS DE GOVERNO, com Parecer Prévio pela APROVAÇÃO DAS CONTAS por Tribunal de Contas de qualquer unidade da federação. Os balancetes e peças contábeis deverão, obrigatoriamente estar assinados por membro da equipe técnica ou pela empresa licitante. Não sendo aceitos mais de um contrato para o mesmo para o mesmo órgão.

EXPERIÊNCIA	PONTOS
De 1 Acórdão com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	4
De 2 a 4 Acórdãos com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	10
De 4 a 10 Acórdãos com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	20
Acima de 10 Acórdãos com julgamento pela REGULARIDADE com ou sem ressalvas	40

Máximo de pontos =40

Peso = 10

Nota Máxima=400

IV - Comprovação da experiência profissional dos componentes da equipe técnica

EXPERIÊNCIA	PONTOS
Bacharel em Ciências Contábeis ou Técnico Contábil devidamente inscrito no quadro do Conselho Profissional que tenha concluído com êxito, curso de pós-graduação lato sensu, nível especialização em Contabilidade ou Gestão Pública ou, ainda, Mestrado ou Doutorado em Ciências Contábeis ou Gestão Pública.	10
Membro da Equipe Técnica, que pode ser Administrador, Advogado, Contador ou Técnico Contábil devidamente, inscritos no quadro do Conselho Profissional que tenha exercido atividade em matérias afins ao objeto da presente licitação. Atribuir 5 (cinco) pontos no máximo por profissional.	10
Bacharel em Ciências Contábeis ou Técnico Contábil, devidamente inscritos no quadro do Conselho Profissional que tenha concluído ou esteja cursando, curso superior na área de Ciências Contábeis.	10





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Máximo de pontos = 30

Peso = 10

Nota Máxima=300

7.4. A comprovação da experiência profissional dos integrantes da equipe técnica, far-se-á na forma abaixo:

7.4.1 Para o tempo de experiência da licitante quando licitante for pessoa física, será aferida pelo tempo de inscrição no CRC, mediante apresentação da cópia da carteira funcional do profissional, cópia do contrato constitutivo da licitante, ou certidão emitida pelo CRC.

7.4.2. Para a experiência profissional dos integrantes da equipe técnica em processos junto à Corte de Contas de quaisquer jurisdições no País, será aferida com a apresentação da cópia do contrato de prestação de serviço celebrado entre o licitante ou membro da sua equipe técnica com um ente público, devendo ser anexado por processo uma prova da realização daquele ato, que pode ser pela impressão do próprio sistema oficial da Corte de Contas correspondente, ou outro meio que se demonstre ser verdadeira a informação prestada.

7.4.3. Para a experiência profissional dos integrantes da equipe técnica, referente a pontuação de curso de especialização (pós-graduação, mestrado e doutorado) e do exercício do magistério ou palestrante, apresentação de certificado, certidão ou diploma do curso de especialização realizado ou em curso emitido pela instituição de ensino, e quanto a prova de magistério ou da realização efetiva de palestras, pode-se dar pela apresentação de cópia do contrato de trabalho, cópia da CTPS devidamente anotada, cópia de contracheques, declaração ou certidão da instituição ou órgão no qual tenha sido ofertada a aula/palestra, ou outro meio que se demonstre ser verdadeira a informação prestada.

7.4.4. Além da documentação referida no item acima, o licitante deverá apresentar uma declaração acompanhada de listagem, que deverá conter as informações individualizadas por membro da equipe técnica, nos moldes do Anexo de Demonstrativo de pontuação dos requisitos qualificativos e do Anexo de Sumário por processo apresentado para pontuação técnica.

7.4.5. Em havendo duplicidade de informações, inclusive entre sócios e integrantes não sócios, somente uma será considerada, para fins de contagem de processos.

7.5. A NOTA TÉCNICA DO PROPONENTE (NTp) far-se-á de acordo com a média ponderada dos pontos alcançados em cada um dos fatores de acordo com o peso estabelecido mediante a aplicação da fórmula a seguir apresentada:

$$NTp = \frac{(\text{Fator I}) + (\text{Fator II}) + (\text{Fator III}) + (\text{Fator IV})}{100}$$

	NOTA TÉCNICA	NOTA FINAL
NTmáx	Nota Técnica Máxima	10
NTmin	Nota Técnica Mínima	07

I. As propostas técnicas que não alcançarem nota técnica mínima (Ntmin) equivalente a 07 (sete)





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



serão desclassificadas.

II — Da obtenção da NOTA TÉCNICA (NT):

$$NT = \frac{(NTp \times 100)}{MNTp}$$

Onde:

NTp = nota técnica do proponente.

MNTp = maior nota técnica dos proponentes participantes desta licitação.

7.6 - Decorrido o prazo legal a partir da comunicação da Comissão Permanente de Licitação do resultado das notas referentes às Propostas Técnicas e, depois de decididos os eventuais recursos interpostos, a Comissão comunicará o local, o dia e a hora para sessão pública de abertura dos envelopes "C", no caso de renúncia do prazo recursal os envelopes serão abertos na mesma sessão.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1- A proposta de preços deverá ser entregue a CPL assinada pelo representante legal e rubricada em todos os papéis componentes da mesma, em envelope fechado e lacrado, o qual conterá as seguintes indicações:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA-CE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N ° 008/2021 - DIV
ENVELOPE "C"- PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE:

8.2 – As propostas dos licitantes deverão ser apresentadas em 1 (uma) via, rubricadas em todas as folhas, carimbadas e assinadas na última folha pelo Titular ou pelo Representante Legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, especificando o Objeto de forma clara e inequívoca, e ainda contendo:

8.2.1- A razão social e o número do CNPJ;

8.2.2-O preço deverá ser cotado em moeda nacional, em algarismos e valor total por extenso, com a inclusão de todas as despesas, tais como: impostos, taxas, seguro e quaisquer outras que forem devidas. Ocorrendo divergências entre os valores, prevalecerão os escritos por extenso;

8.2.3- O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua entrega.

8.3- É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece o Estatuto da Licitação Pública.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



8.4- O prazo de execução do objeto contratual será não superior ao estipulado nos Anexos I e II do presente Edital.

8.5- Nos custos apresentados, deverão estar incluídos todas as despesas necessárias para perfeita execução do objeto licitado tais como: salários, alimentação, encargos sociais e trabalhistas dos seus funcionários, além do custo e aquisição de material a ser lançado na execução do objeto.

9 - DO JULGAMENTOS DAS PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. No local, dia e hora marcados serão abertos os envelopes "C" dos licitantes classificados. As Propostas de Preços serão mostradas aos representantes credenciados, que as rubricarão juntamente com a Comissão Permanente de Licitação.

9.2- A presente licitação será julgada pelo critério, de Técnica e Preço, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei das Licitações.

9.3 - Serão desclassificadas as propostas que:

9.3.1 – Não atenderem integralmente ao Edital e/ou contiverem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, que prejudiquem o seu perfeito entendimento.

9.3.2 – Apresentar valores manifestamente inexequíveis:

9.3.3–Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da aquisição pretendida.

9.3.4 – Apresentar valor total superior ao valor total estimado.

9.3.5- Cotar quantitativo do item diferente do constante no Edital.

9.4. O julgamento das Propostas de Preços dos Licitantes classificados será realizado de acordo com o procedimento a seguir descrito:

9.4.1. Nota de Preço em função da seguinte fórmula:

$$NP = \frac{(mP \times 100)}{Pp}$$

Onde:

NP = Nota de Preço

mP = MELHOR TÉCNICA E PREÇO entre os proponentes da licitação.

Pp = preço proposto pelo proponente.

9.4.2. A licitante será a única responsável pelo teor das informações e valores lançados nas propostas.

5.3.3. A aproximação das notas será realizada até a segunda casa decimal, sendo desprezadas as demais.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



I.: As notas calculadas serão arredondadas consoante à norma da ABNT NBR 5891 - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

9.4.2. Nota Classificatória Final

9.4.3 - A classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no presente edital, conforme determina o inciso II do art. 46 da Lei 8.666/93, de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = \frac{5NT + 5NP}{100}$$

Onde:

NF = Nota Final

NT = Nota da Proposta Técnica

NP = Nota da Proposta de Preço

9.5. Será considerado vencedor o licitante que obtiver a maior Nota Final.

10- DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 - O trabalho da sessão pública para recebimento dos Documentos de Habilitação e Propostas comerciais obedecerão aos transmisses estabelecidos nos subitens seguintes;

10.1.1 - Na presença das PROPONENTES e demais pessoas que quiserem assistir à sessão, a COMISSÃO receberá os invólucros devidamente lacrados, contendo os documentos de habilitação e as Propostas Técnicas e Propostas de Preços. Após o recebimento dos envelopes, não será mais permitido a participação de concorrentes retardatários;

10.1.2 - Para a boa condução dos trabalhos, cada LICITANTE deverá se fazer representar por, no máximo, 2 (duas) pessoas.

10.1.3 - Os membros da COMISSÃO e no mínimo 02 (dois) escolhidos entre os presentes como representantes das PROPONENTES examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e propostas comerciais apresentados.

10.1.4 - Recebidos os envelopes "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, "B"- PROPOSTAS TÉCNICAS E "C"- PROPOSTAS DE PREÇOS, proceder-se a abertura daqueles referentes a documentação de habilitação (Envelope "A").

10.1.5 - A COMISSÃO poderá a seu exclusivo critério julgar e proclamar na mesma sessão o resultado da habilitação ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados.

10.1.6 - Proclamado o resultado da habilitação e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal a COMISSÃO procederá à abertura dos envelopes "B"- PROPOSTAS TÉCNICAS das LICITANTES habilitadas.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



10.1.7 - Proclamado o resultado da PROPOSTA TÉCNICA e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal a COMISSÃO procederá à abertura dos envelopes "C" - PROPOSTAS DE PREÇOS das LICITANTES.

10.1.8 - Após a entrega dos invólucros contendo os documentos de habilitação, proposta técnica e das propostas comerciais, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento e nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações.

10.1.9 - De cada sessão realizada será lavrada a respectiva ata circunstancial, a qual será assinada pela COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

10.1.10 – Após a classificação final a COMISSÃO verificará a existência de microempresas, empresas de pequeno porte, para o cumprimento do constante na Lei complementar 123/2006 e da lei Federal nº 11.488 de 15/06/2007, procedendo como previsto abaixo.

10.1.11 Caso a proposta classificada em 1º lugar não seja ME ou EPP a COMISSÃO procedera de acordo com os subitens a seguir:

a) – Fica assegurada, como critério de desempate preferência de contratação para as ME ou EPP (Lei Complementar nº 123 de 14.12.06);

b) - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte sejam igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada, depois de ordenadas as propostas de preços em ordem crescente dos preços oferecidos;

10.1.12 - Para o efeito do disposto na alínea "a" do subitem 10.1.11. Ocorrendo empate, a comissão procedera da seguinte forma;

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e consequentemente declarada vencedora do certame;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese "b" do subitem 10.1.11 na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.1.13 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem "b" do subitem 10.1.11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, fato que deverá ser registrado em ata.

10.1.14 - Na hipótese de não – contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.1.15 - Ocorrendo a situação prevista no subitem 7.1.12 a microempresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preços após a solicitação da COMISSÃO. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



10.1.16 - O resultado de julgamento final da licitação será comunicado na mesma sessão ou posteriormente em outra sessão, através de notificação aos interessados.

10.1.17- É facultado à COMISSÃO, de ofício ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da licitação realizada diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

10.1.18 Todos os atos da presente licitação serão acessíveis ao público, salvo o conteúdo das propostas até a sua abertura. A Comissão Permanente de Licitação lavrará atas circunstanciadas de todas as sessões e elaborará os demonstrativos da apuração das propostas.

11- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, ultrapassado o prazo recursal.

11.2. A Homologação desta licitação e a Adjudicação do seu objeto em favor da licitante cuja proposta de preços seja classificada em primeiro lugar são da competência dos Gestores das Secretarias solicitantes.

11.3. À Secretarias solicitantes do Município de ITAREMA/CE se reserva o direito de não homologar e revogar a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado.

12. DO CONTRATO

12.1 - Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa ao presente edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de até 05 (cinco) dias, a partir da data de convocação encaminhada à licitante vencedora do certame.

12.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no subitem 9.1 anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.3- Considera-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

12.4- O prazo de convocação a que se refere o subitem 8.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12.5- É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei n.º 8.666/93.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



12.6- as obrigações da Contratante, as obrigações da Contratada, o reajuste de preços, do recebimento do objeto, e da rescisão contratual estão descritas na **Minuta do Contrato (Anexo IV)**, que constituem parte integrante deste edital.

13. DA DURAÇÃO DO CONTRATO

13.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da assinatura **até 31 de dezembro de 2022**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.2- Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Contratante, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo de entrega.

13.3- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

14 – PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

14.1 - **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a prestação do serviço, inclusive a margem de lucro.

14.2 - **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com a prestação dos serviços à vista de fatura que deverá ser apresentada pela contratada, atestada e visada pelo órgão competente.

14.2.1 – A Empresa vencedora deverá apresentar, junto com a fatura, como condição para que o pagamento seja efetuado, os comprovantes de regularidade fiscal.

14.2.2 – Não haverá antecipação de pagamento.

14.3 - **REAJUSTE:** Ao final de 12 (doze) meses o valor deste Contrato poderá ser reajustado com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha substituí-lo, mediante acordo escrito entre as partes.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções.

15.1.1- Advertência.

15.1.2- Multa:

I - De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

II - De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual;





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



II - Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da licitante vencedora, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de ITAREMA-Ceará, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

15.1.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

15.1.4-Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

16 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei no 8.666/93 e suas alterações.

16.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

16.3- Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação da Prefeitura de ITAREMA- Ceará, não serão aceitos recursos via e-mail.

17.0 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1 – A execução do contrato obedecerá ao que consta no edital e anexos, será executado sob o regime de empreitada por preço global e será acompanhada, pela Contratante, nos termos dos art. 67 e 73 da Lei federal n o. 8.666/93.

17.2. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

17.3 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.4 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.5 - O objeto do contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

17.6 - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei federal nº. 8.666/93).

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Município.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



18.2- É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de ITAREMA- Ceará, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de participar como licitante, direta ou indiretamente por si, ou por interposta pessoa, do procedimento desta Licitação.

18.3 - A homologação e adjudicação da presente Licitação será feita pela autoridade administrativa competente, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

18.4- A Comissão Permanente de Licitação (C.P.L) poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos após a hora marcada para o início da licitação.

18.5 - As impugnações a este ato convocatório deverão ser dirigidas a Presidente da Comissão de licitações e entregues no Setor de Licitação, Prefeitura Municipal, PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Nº 48, CENTRO, ITAREMA, ESTADO DO CEARÁ, CEP. 62.590-000- ITAREMA/CE.

18.6 - O Setor de Licitações prestará todos os esclarecimentos e lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira na sede da Prefeitura Municipal de Itarema, das 08h00min às 12h00min, PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Nº 48, CENTRO, ITAREMA, ESTADO DO CEARÁ, CEP. 62.590-000- ITAREMA/CE, ou pelo telefone (88) 3667-1133.

18.7- Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos da legislação pertinente.

18.8- O Foro competente para dirimir questões relacionadas com o presente Edital, que não sejam resolvidas pela via administrativa, é o da Comarca de ITAREMA- Ceará.

Itarema-Ce, 01 de dezembro de 2021.


Inez Helena Braga

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

Inez Helena Braga

Presidente da CPL
Port. Nº 011/2021





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



ANEXO I
PROJETO BÁSICO- TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 - OBJETO:

I - CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA AREA DE ACESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL PARA ATENDIMENTO JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ, conforme condições constantes neste instrumento.

II. Este objeto será contratado através de licitação na modalidade **Tomada de Preços, do tipo Técnica e Preço**, com regime de execução indireta e empreitada por preço global.

2 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços era tela surge urgente em face das considerações e corriqueiras alterações administrativas inerentes a matéria, bem como a expertise e conhecimento necessários ao êxito na prestação dos presentes serviços, de natureza singular, cuja forma de execução pode levar ao fracasso da Administração Municipal, ou ao êxito fiscal, com conseqüente reflexo na correta manipulação das verbas disponíveis.

Assim sendo, os cuidados devidos na contratação de empresa ou profissional sólidos no mercado específico da Contabilidade Pública Municipal são necessários, uma vez que a Contabilidade Pública versa de ramo específico da Contabilidade em geral, e assume papel fundamental, repita-se exaustivamente, no correto direcionamento da utilização dos recursos públicos disponíveis, de acordo com normas e regras existentes no mundo jurídico.

A Administração ciente de toda a expertise em específico a atestados emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, em exclusivo, se faz condição balizar de contratação, uma vez que assume a presente contratação contornos essenciais a sobrevida da Administração Pública Municipal, conforme normas de conduta específica citada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, iniciado em 2015, segundo a Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, ou outro que venha a substituí-lo em obrigatoriedade de segmento.

Portanto, todas as atividades deverão tomar por padrão referida norma institutiva, própria dos serviços específicos de Contabilidade pública não sendo, portanto, adequada a contratação de prestador não especializado na área em comento, conforme prenota sobretudo o Ministério da Fazenda Nacional, em seu portal, cuja unificação de todas as informações de gestão pública seguem em perfeito alinhamento na conjuntura nacional:

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
(Publicada no D.O.U. de 22/12/2014, Seção 1, pg. 25) Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários cia 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
O SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL DO





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei, 1.130, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso 1 do art. 6º do Decreto de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 2009, e nos incisos X, XIV, XXI, XXII e XXIII do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011;

Considerando o disposto no art. 20, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, que confere à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MPOG a competência de estabelecer as classificações orçamentárias da receita e da despesa;

Considerando o inciso 1 do caput e o § 1º do art. 3º e art. 9º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual;

Considerando a necessidade de: a) aprimorar os critérios de reconhecimento de despesas e receitas orçamentárias; b) instituir instrumento eficiente de orientação comum aos gestores nos três níveis de governo, mediante consolidação, em um só documento, de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação das receitas e despesas orçamentárias; e c) elaborar demonstrativos de estatísticas de finanças públicas em consonância com os padrões e regras estabelecidas nos acordos e convênios internacionais de que a União for parte, conforme previsto no inciso XVIII do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 2009, e no inciso XXV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 2011; e

Considerando a necessidade de proporcionar maior transparência sobre as contas públicas e de uniformizar a classificação das receitas e despesas orçamentárias; resolvem:

Art. 1º Aprovar a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Parágrafo único. A STN/MF e a SOF/MPOG disponibilizarão versão eletrônica da Parte I do MCASP nos endereços eletrônicos <http://www.tesouro.gov.br/> e www.portalsof.planejamento.gov.br, respectivamente.

Art. 2º A contabilidade no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observará as orientações contidas na Parte I do MCASP - Procedimentos Contábeis Orçamentários, sem prejuízo do atendimento dos instrumentos normativos vigentes.

Por todo o exposto, a expertise necessária a aferição da competência para a correta realiza dos trabalhos balizar-se-á, obrigatoriamente, em atestados emitidos por entes de natureza eminentemente de direito público.

3. DOS SERVIÇOS, DA METODOLOGIA DOS TRABALHOS, DA EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO.

3.1. DOS SERVIÇOS:

3.1.1. Os serviços objeto deste Projeto Básico consistem na consultoria e assessoria, com execução de serviços de ordem executiva dos serviços de contabilidade pública municipal, compreendendo o planejamento e orientação na elaboração de justificativas técnico-contábeis para atender à LRF, TCE, CGU e Órgãos da Administração Pública, e serviços eventuais de elaboração de prestação de contas e justificativas técnico-contábeis por período de gestão para atender a IN IV 01/2001 do TCM e alterações posteriores, e demais serviços conforme Projeto Básico, e ainda:

- Acompanhamento da gestão fiscal do Município;
- Abertura da escrituração contábil - orçamentária, financeira e patrimonial;
- Conferência dos saldos bancários e conciliação do exercício Anterior e corrente;
- Orientação para classificação orçamentária da receita e da despesa, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;
- Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao Orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meio eletrônico;
- Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- Elaboração cios balancetes de cada UG da forma analítica e sintética;
- Consolidação das informações da licitação, folha de pagamento e contabilidade para geração do SIM - SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS, regulamentado pelo Tribunal de Contas;
- Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão;
- Análise e acompanhamento do cumprimento da aplicação em ações e serviços de saúde;





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



- Acompanhamento e geração de planilhas para apuração e recolhimento mensal do PASEP;
- Regularização junto a Secretaria da Receita Federal dos responsáveis por Unidades Gestoras - a cada mudança - com a finalidade de gerar a DCTF,
- Elaboração e Transmissão da DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;
- Consolidação de dados e todos os balancetes das UG diretas e indiretas e da Câmara, para emissão de relatórios;
- Elaboração de demonstrativos e prestações de contas, para atender aos Conselhos Municipais;
- Pesquisa da legislação federal e estadual, de normas emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional, Receita Federal, FNDE, SUS, SUAS, Previdência Social etc. e orientação para sua aplicação pelo Município;
- Elaboração de Mensagens e Projetos de Lei relativos a créditos adicionais;
- Elaboração de slides e apresentação técnica nas Audiências públicas e Gestão Fiscal;
- Análise e acompanhamento do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em educação e FUNDEB;
- Elaboração e acompanhamento da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.
- Elaborar relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas, bem como os compreendidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Acompanhamento e orientação aos gestores e agentes públicos municipais em atendimento à diligências dos órgãos de controle (TCE, TCU, CGU, etc)
- Todos os serviços deverão ser prestados em atenção ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, válido a partir do exercício de 2015, segundo a Portaria Conjunta STN/SOF n' 1, de 10 de dezembro de 2014 Portaria STN n° 700, de 10 de dezembro de 2014, ou outro que venha a substituí-lo em obrigatoriedade de segmento.

3.2. METODOLOGIA DOS TRABALHOS:

3.2.1. As atividades serão desenvolvidas sob orientação do Município de ITAREMA/CE e de suas Unidades Administrativas, que deverão fornecer todas as informações pertinentes e necessárias à realização dos trabalhos. Os profissionais envolvidos nos trabalhos deverão ter conhecimento e qualificação específica das atividades inerentes ao objeto. Para a validação das atividades deverão ser realizadas tantas reuniões, visitas, diligências quantas se fizerem necessárias.

3.3. DA EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO:

3.3.1. Declaração de inscrição no CRC — Conselho Regional de Contabilidade, da empresa licitante, acompanhado da Certidão de regularidade de débitos;

3.3.2. Atestado de Desempenho anterior emitido por ente de direito público (exclusivamente) que o licitante, Pessoa Física ou Jurídica, tenha sido contratado para realizar o objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. O atestado deverá conter a firma reconhecida do atestante, para fins de comprovação de sua legalidade, bem como deverá ser





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



acompanhado do termo contratual que respaldou o mesmo. O atestado em comento terá como parcelas de relevância a prestação dos seguintes serviços:

- Elaboração de balancetes nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, válido a partir do exercício de 2015, segundo a Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014;
 - Transmissão on-line, (via rede mundial de computadores) das prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado ou dos Municípios, nos termos da norma vigente;
 - Elaboração de balanço geral e transmissão on-line ao Tribunal de Contas respectivo;
 - Assessoria e Consultoria na Elaboração de Projetos de Lei de Orçamento Público, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual de investimento — PPA;
 - Assessoria e Consultoria na elaboração dos relatórios fiscais de RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal).
- 3.3.3. Comprovação da licitante possuir, em seu quadro permanente, no mínimo, o seguinte contingente de pessoal:

- a) UM Bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado e devidamente regular junto Conselho Regional de Contabilidade;
- b) Um Bacharel em Ciências Contábeis ou Técnico Contábil, devidamente registrado e devidamente regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

3.3.3.1. A Indicação dos profissionais sobreditos (sócios, associados, empregados ou prestadores de serviços) deverá ser feita por meio de declaração expressa de sua disponibilidade e compromisso em assumir os trabalhos caso a empresa venha a se tornar vencedora do certame, com firma reconhecida do declarante acompanhada da certidão de inscrição perante o Conselho Regional de Contabilidade — CRC. O presente compromisso vinculará o profissional à execução dos serviços, que somente poderá ser substituído por outro de igual competência e legitimidade para atuar nos trabalhos junto à Prefeitura Municipal de Itarema/CE.

3.3.3.2. Indicação do pessoal disponível para o apoio à prestação dos serviços (estagiários, secretárias e auxiliares), mediante a apresentação de listagem específica, com nome e CPF, e declaração expressa de sua disponibilidade assinada pelo representante legal.

4. DOS ITENS E REFERENCIAIS DE PREÇOS

4.1. Os preços de referência foram estimados com base nas cotações realizadas pelo Setor de Cotação de Preços do Município de Itarema/CE, constando nos autos do Processo.

5.0 – PLANILHA DE CUSTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT TOTAL	UNIDADE
1	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A	1	SERVIÇO





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



	CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.		
2	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	1	SERVIÇO
3	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE SAÚDE.	1	SERVIÇO
4	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.	1	SERVIÇO
5	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.	1	SERVIÇO
6	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES	1	SERVIÇO





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.			
7	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AO GABINETE DO PREFEITO.	1	SERVIÇO
8	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E SERV.PUBLICOS.	1	SERVIÇO
9	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE DESENV.RURAL, PESCA E MEIO AMBIENTE.	1	SERVIÇO
10	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER.	1	SERVIÇO
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL DO ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL VIABILIZANDO TÉCNICA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, OBJETIVANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO O ART. 42, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE: REUNIÕES DE PLANEJAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS; REUNIÕES DE RECEPÇÃO	1	SERVIÇO





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



	DE PROPOSTA DOS ORGÃOS MUNICIPAIS; ADEQUAÇÃO DE SUBFUNÇÕES DE GOVERNO AO PLANEJAMENTO DOS ORGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES; DEFINIÇÃO DE PROJETOS/ ATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS E AÇÕES; DEFINIÇÃO DO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA; CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EXECUTIVO COM LEGISLATIVO; ELABORAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA E MENSAGEM DE APRESENTAÇÃO; CONHECIMENTO DAS FASES DE ANÁLISE JUNTO A LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA; ALTERAÇÕES EM FACE DE EMENDAS, SE HOUVER; EDIÇÃO DO TEXTO FINAL DA LOA PARA SANÇÃO DA PREFEITA MUNICIPAL; ENVIO DA LOA 2021 EM MÍDIA DIGITAL AO TCE-CE; ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO; E PROCESSAMENTO DOS ARQUIVOS DIGITAIS SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM-LOA) JUNTO AO TCE-CE. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.		
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	12	MÊS
13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	12	MÊS
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.	12	MÊS
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.	12	MÊS
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.	12	MÊS

6.0 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 - A execução do contrato obedecerá ao que consta no edital e anexos, será executado sob o regime de empreitada por preço global e será acompanhada, pela Contratante, nos termos dos art. 67 e 73 da Lei federal n.º 8.666/93.

6.2. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6.3 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.4 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



6.5 - O objeto do contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

6.6 - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei federal nº. 8.666/93).

7 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - As despesas para execução do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária descrita a seguir:

SECRETARIA	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	0101.04.122.0007.2.003.0000
Controladoria Geral do Município	0201.04.122.0007.2.010.0000
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	0301.04.122.0007.2.014.0000
Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Serviços Públicos	0401.15.122.0007.2.024.0000
Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente	0501.04.122.0007.2.031.0000
Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte, Juventude e Lazer	0601.13.122.0007.2.045.0000
Secretaria de Educação	0701.12.368.0007.2.064.0000
Secretaria de Saúde	0801.10.122.0007.2.086.0000
Secretaria de Proteção Social e Cidadania	0901.08.122.0007.2.113.0000
Fundo Municipal de Previdência Social	1001.09.272.0003.2.155.0000
Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00.	

8 - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 - **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a prestação do serviço, inclusive a margem de lucro.

8.2 - **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com a prestação dos serviços à vista de fatura que deverá ser apresentada pela contratada, atestada e visada pelo órgão competente.

8.2.1 - A Empresa vencedora deverá apresentar, junto com a fatura, como condição para que o pagamento seja efetuado, os comprovantes de regularidade fiscal.

8.2.2 - Não haverá antecipação de pagamento.

8.3 - **REAJUSTE:** Ao final de 12 (doze) meses o valor deste Contrato poderá ser reajustado com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha substituí-lo, mediante acordo escrito entre as partes.

9.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



9.1 - A Contratante se obriga a proporcionar a Contratada, todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, conforme estabelece a Lei n.º 8.666/93.

9.2 - Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

9.3- Providenciar o pagamento à contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas e recibo, devidamente atestadas pelo setor competente.

9.4- Cabe ao contratante, a seu critério e através de servidor designado pela administração exerce ampla, e restrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados prepostos ou subordinados.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 -Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2 -Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

10.3 -Utilizar profissionais devidamente habilitados;

10.4 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

10.5 -Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;

10.6-Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução do objeto contratual, que não terão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

10.7-Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.8-A contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

11. DA DURAÇÃO DO CONTRATO

11.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da assinatura até **31 de dezembro de 2022**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Itarema-Ce, 01 de dezembro de 2021.

José Eduardo da Cunha Pinheiro
Controlador Geral do Município





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Diogo Freire Monteiro
Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito

Francisco Antônio dos Santos Neto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Melissa Souza
Secretária Municipal de Infraestrutura, Mobilidade e Serviços Públicos

Francisco Martins do Nascimento Neto
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente

Thalles Walker Medeiros Vital
Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte, Juventude e Lazer

Rafael Lopes de Moraes
Secretário Municipal de Educação

Francisco Noélio Fernandes Albuquerque
Secretário Municipal de Saúde

Nazidir Gomes de Oliveira
Secretária Municipal de Proteção Social e Cidadania

Márcia Geane Araújo Celestino
Gestora Administrativa do Regime Próprio de Previdência Social





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



ANEXO II
MINUTA DA PROPOSTA TÉCNICA

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE ITAREMA-CE.

Proposta Técnica da Licitação na Modalidade Tomada de Preços n.º 008/2021 - DIV.

QUADRO RESUMO

FATOR	CRITÉRIO	NOTA MÁXIMA
I	Tempo de experiência da Empresa Licitante ou Contador	
II	Experiência técnico-operacional sobre matéria objeto desta licitação, com foco em assessoria e consultoria contábil, junto à órgãos públicos, as quais sejam, Prefeituras, Câmaras, Autarquias, etc, com aplicação das leis e normas contábeis vigentes, sendo comprovado por meio de contratos estabelecido com tais órgãos, obrigatoriamente, deverão estar assinados por membro da equipe técnica ou pela sócio/dirigente da empresa licitante. <u>Não sendo aceitos mais de um contrato para o mesmo para o mesmo órgão.</u>	
III	Comprovação da experiência profissional dos componentes da equipe técnica.	
	TOTAL NOTA MÁXIMA	

I – Tempo de experiência da Empresa Licitante ou Contador

Nº.	Nome	Nº CRC	Data Inscrição	Tempo (anos)	Pontos
1					
Total					

II - Experiência técnico-operacional sobre matéria objeto desta licitação, com foco em assessoria e consultoria contábil, junto à órgãos públicos, as quais sejam, Prefeituras, Câmaras, Autarquias, etc, com aplicação das leis e normas contábeis vigentes, sendo comprovado por meio de contratos estabelecido com tais órgãos, obrigatoriamente, deverão estar assinados por membro da equipe técnica ou pela sócio/dirigente da empresa licitante. **Não sendo aceitos mais de um contrato para o mesmo órgão.**





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Nº.	Órgão (Prefeitura, Câmara, Município Autarquia, etc.)	Município	Vigência	Data Assinatura	Pontos
1					
Total					

III - Comprovação da experiência profissional dos componentes da equipe técnica

Nº.	Nome do profissional	Nível de Especialização	Universidade	Pontos
Total				

Proponente:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

_____ -CE, __ de _____ de 2021.

Assinatura





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



ANEXO III
MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE ITAREMA-CE.

Através do presente declaramos inteira submissão aos ditames da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações e, às cláusulas e condições previstas na Tomada de Preços n.º 008/2021 - DIV.

Declaramos que no preço proposto, estão inclusos todos os custos necessários para execução dos serviços, objeto da licitação, como todas as despesas com a mão-de-obra a ser utilizada., bem como todos os tributos, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, e que influenciem na formação dos preços desta Proposta.

Declaramos ainda que não possuímos nenhum fato que nos impeça de participar desta Licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID
1	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	1	SER
2	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	1	SER
3	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE SAÚDE.	1	SER





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



4	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.	1	SER
5	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.	1	SER
6	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.	1	SER
7	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AO GABINETE DO PREFEITO.	1	SER
8	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E SERV.PUBLICOS.	1	SER





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



9	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E MEIO AMBIENTE.	1	SER
10	ELABORAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA JUNTO AO PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS TCE/CE DO BALANÇO PARA A CONSOLIDAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA LEI Nº 4.320/64, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCM/CE Nº 03/2013, PORTARIAS EDITADAS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, PORTARIAS MPS Nº 916/03, Nº 1768/03, Nº 4992/99 E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES A SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER.	1	SER
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL DO ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL VIABILIZANDO TÉCNICA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, OBJETIVANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO O ART. 42, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE: REUNIÕES DE PLANEJAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS; REUNIÕES DE RECEPÇÃO DE PROPOSTA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; ADEQUAÇÃO DE SUBFUNÇÕES DE GOVERNO AO PLANEJAMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES; DEFINIÇÃO DE PROJETOS/ ATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS E AÇÕES; DEFINIÇÃO DO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA; CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EXECUTIVO COM LEGISLATIVO; ELABORAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA E MENSAGEM DE APRESENTAÇÃO; CONHECIMENTO DAS FASES DE ANÁLISE JUNTO A LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA; ALTERAÇÕES EM FACE DE EMENDAS, SE HOUVER; EDIÇÃO DO TEXTO FINAL DA LOA PARA SANÇÃO DA PREFEITA MUNICIPAL; ENVIO DA LOA 2021 EM MÍDIA DIGITAL AO TCE-CE; ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO; E PROCESSAMENTO DOS ARQUIVOS DIGITAIS SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM-LOA) JUNTO AO TCE-CE. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	1	SER





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	12	MÊS
13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	12	MÊS
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.	12	MÊS
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.	12	MÊS
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.	12	MÊS

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$:

Proponente:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de execução do objeto: da data de assinatura até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

_____ -CE, __ de _____ de 2021.

Assinatura





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA**

**CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO**



**ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº ____.

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE ITAREMA-CE, ATRAVÉS DA
PREFEITURA MUNICIPAL, COM _____
PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.**

CONTRATANTE o Município de _____, pessoa jurídica de direito público interno, através de sua Prefeitura Municipal estabelecida a na _____ - _____, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º _____, neste ato representado por _____, Secretário de _____, doravante denominada de **CONTRATANTE**, no final assinado e do outro lado _____, com sede na cidade de _____ Estado do _____ - à Rua _____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, representada por _____ no final assinado(a) doravante denominado **CONTRATADA**, de acordo com a Tomada de Preços n.º _____, em conformidade com que preceitua a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os Contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. O presente Contrato tem como fundamento na Tomada de Preços n.º _____ devidamente homologado pela Secretária de _____, representada por _____ e a proposta da **CONTRATADA**, tudo parte integrante deste Termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1- O presente contrato tem como objeto, a **CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL PARA ATENDIMENTO JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ**, conforme descrição à cláusula terceira do TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta de preços da contratada que constituem parte integrante deste termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1- O valor total do Contrato é de R\$ _____ (_____), a ser pago em favor da contratada, em parcelas mensais no valor de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 – A execução do contrato obedecerá ao que consta no edital e anexos, será executado sob o regime de empreitada por preço global e será acompanhada, pela Contratante, nos termos dos art. 67 e 73 da Lei federal n.º 8.666/93.

4.2. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



4.3 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.5 - O objeto do contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

4.6 - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei federal nº. 8.666/93).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da assinatura até 31 de Dezembro de 2022, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.2- Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Contratante, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo de entrega.

5.3- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1- O presente contrato Poderá ser alterado de conformidade com o disposto nos art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2 -A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

7.1 - **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a prestação do serviço, inclusive a margem de lucro.

7.2 - **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com a prestação dos serviços à vista de fatura que deverá ser apresentada pela contratada, atestada e visada pelo órgão competente.

7.2.1 – A Empresa vencedora deverá apresentar, junto com a fatura, como condição para que o pagamento seja efetuado, os comprovantes de regularidade fiscal.

7.2.2 – Não haverá antecipação de pagamento.

7.3 - **REAJUSTE:** Ao final de 12 (doze) meses o valor deste Contrato poderá ser reajustado com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha substituí-lo, mediante acordo escrito entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



- 8.1 - A Contratante se obriga a proporcionar a Contratada, todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, conforme estabelece a Lei n.º 8.666/93.
- 8.2 - Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;
- 8.3- Providenciar o pagamento à contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas e recibo, devidamente atestadas pelo setor competente.
- 8.4- Cabe ao contratante, a seu critério e através de servidor designado pela administração exerce ampla, e restrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 -Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 9.2 -Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 9.3 -Utilizar profissionais devidamente habilitados;
- 9.4-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 9.5 -Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;
- 9.6-Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução do objeto contratual, que não terão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 9.7-Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 9.8-A contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1- As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a empresa vencedora, correrão por conta da dotação(ões) orçamentária (s)n.º descritas a seguir:

SERVIÇO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETOS ATIVIDADES	ELEMENTO DE DESPESAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- a) advertência.
- b) multa:





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA

CONTROLADORIA GERAL
SETOR DE LICITAÇÃO



b.1) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 10% (dez por cento) pela não entrega do objeto contratual, segundo o ajustado, sobre o valor do contrato.

b.3) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de _____, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1- O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1.º a 4.º, da Lei citada.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - Em até 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Contratante providenciará a publicação do resumo, do presente termo de contrato no quadro de avisos desta Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO

O Foro competente para dirimir questões relacionadas com o Contrato, que não sejam resolvidas pela via administrativa, é o da Comarca de _____, por força da disposição contida no art. 55, § 2 da Lei 8.666/93, alterada e consolidada.

E, estando assim acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

_____ (CE), _____ e _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____
CPF: _____

02. _____
CPF: _____





ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, está enquadrada na categoria..... (Microempresa ou empresa de pequeno porte), bem como não está incluída nas hipóteses do § 4º, do art.3º, da Lei supracitada.

.....
Nome e assinatura do representante

RG nº.....



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO – EMPREGADOR E PESSOA JURÍDICA

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

À
Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de ITAREMA-Ceará.

Ref. Tomada de Preços N° 008/2021 - DIV

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a)....., portador (a) da carteira de identidade n°..... e do CPF n°....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei n° 8.666, de 21 de julho de 1993, acrescida pela Lei n° 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menos de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(DATA)

.....
NOME

(Observação em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

